

Legislação e Tributos

A falta de estrutura e de pessoal está entre os fatores que dificultam os trabalhos dos órgãos responsáveis, dizem especialistas. Apesar disso, marco regulatório tem evoluído nos últimos anos

Sem fiscalização após licenciamento, benefício ambiental pode ser limitado

MEIO AMBIENTE

Roberto Dumke
São Paulo
robertod@dci.com.br

● Apesar do rigor do processo de licenciamento ambiental brasileiro, a falta de fiscalização pós-licença tem inibido benefícios práticos. Para especialistas, o problema está relacionado à falta de estrutura dos órgãos responsáveis.

“De nada adianta ficar cinco anos num processo de licenciamento se depois não há fiscalização”, comenta a advogada Marisa Dietrich.

Ela explica que as licenças são concedidas mediante o cumprimento de uma série de condicionantes, que buscam remediar possíveis danos do projeto ao meio ambiente. Então, sem conferir o cumprimento das condições, todo o rigor no licenciamento não faz sentido.

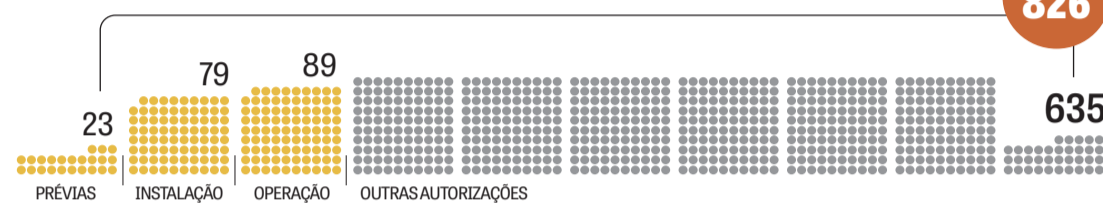
Em alguns casos, o processo demora muitos anos. O trecho sul do Rodoanel Mário Covas, por exemplo, começou o procedimento em novembro de 2001 e conseguiu a licença prévia em 2006. Na Usina Hidrelétrica de Belo Monte, os estudos começaram há mais de 20 anos.

“O licenciamento virou uma espécie de corrida de obstáculos, para no fim não ter uma efetividade. Porque ninguém vai lá controlar ou ver o que está acontecendo”, diz o advogado do escritório

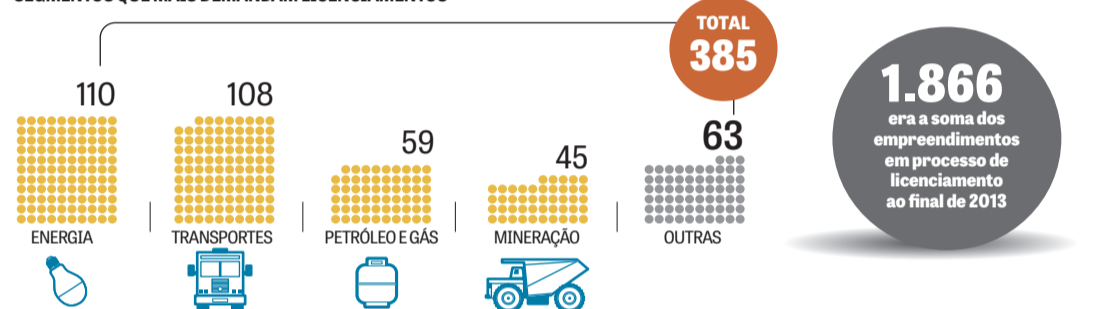
CENÁRIO

Dados do último levantamento do Ibama com base no estoque de 2013 ▶ Em números de licenças

TIPOS DE LICENÇAS EMITIDAS



SEGMENTOS QUE MAIS DEMANDAM LICENCIAMENTOS



FONTE: IBAMA

Tauil & Chequer, Paulo Bessa.

Ele, que já chefiou a Assessoria Jurídica da Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Rio de Janeiro, diz que a tendência moderna é avaliar os impactos dos empreendimentos já em funcionamento. “Se o empreendimento não está funcionando, estamos tratando de uma hipótese do que poderá acontecer. [No Brasil] nós nos prendemos demais à hipótese e controlamos muito pouco o que de fato acontece”, diz.

O relatório de gestão do Instituto Brasileiro do Meio Am-

biente (Ibama) de 2013, por exemplo, mostra que foram expedidas 826 licenças ambientais. Com isso, R\$ 334 milhões foram arrecadados em compensação ambiental. Do lado da fiscalização, foram lavrados 57 autos de infração, num valor total de R\$ 71,6 milhões.

Falta de pessoal

Para Marisa, as poucas multas existentes surgem de denúncias de terceiros. “Quando há multa, ou é denúncia de vizinho ou de concorrente, porque fiscalização não existe.”

Segundo os advogados, a falta de ênfase na fiscalização está ligada à falta de estrutura e de pessoal dos órgãos ambientais. Isso envolve não apenas o Ibama, mas também as secretarias ambientais dos Estados e Municípios.

O advogado do Felsberg, Fabricio Soler, pensa da mesma forma. “O sistema ambiental brasileiro carece de ferramentas para aferir se os impactos previstos na época da licença se confirmam com o tempo.”

Ele também destaca que muitas agências não abrem

concursos há anos. “Por consequência, vem uma enxurrada de críticas – que são legítimas – por parte do empresariado.”

Avanços

Soler destaca, por outro lado, que o marco regulatório ambiental evoluiu muito nos últimos anos. Os avanços começaram com a Instrução Normativa 184, de 2008, do Ibama, que estabeleceu prazos para o licenciamento.

Em 2011, foi sancionada a Lei Complementar 140, que dispõe sobre as competências de Estados, Municípios e União no licenciamento. Em 2015, foram mais duas novidades: a Portaria Interministerial nº 60 e o Decreto 8.437.

Para Soler, o conjunto de regras mostra que há um empenho em deixar marco legal transparente, minimizando o risco de normas subjetivas. Ele destaca que nos últimos anos, houve evolução. “Quem tentou o licenciamento oito anos atrás e tenta novamente agora consegue atestar a evolução, especialmente em nível federal”, destaca o advogado.

Nos estados e municípios, os problemas são mais graves. Além da maior limitação de estrutura, a influência política é maior, comenta Marisa. Na mesma linha, Bessa defende que para haver maior efetividade na proteção ambiental uma reforma institucional é necessária. Para ele, os órgãos precisam de mais independência. “Sem isso, ficam mesmo submetidos aos políticos.”

COMUNICADO

FERIADO - 4 DE JUNHO

Em virtude do feriado de Corpus Christi, informamos às agências e anunciantes que o jornal DCI circulará conforme datas abaixo:

Edição:
4 a 8/6

Circulação:
8/6

O departamento comercial receberá o material para publicação até o dia 3/6/2015 (quarta-feira) às 18:00h.

DCI
Diário
Comércio
Indústria
& Serviços

Novos conselheiros do Cade têm aprovação do Senado

CONCORRÊNCIA

● O Senado aprovou os cinco indicados do Planalto para compor o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) durante os próximos quatro anos. Ao todo, são quatro novos conselheiros e um superintendente.

Os cinco haviam sido sabatinados pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) na manhã de ontem e à noite passaram pelo plenário.

O senador Delcídio do Amaral (PT-MS), presidente da CAE, elogiou o grupo. “É um time de excelente qualidade, à altura de responder por uma instituição tão importante quanto o Cade.”

Eduardo Rodrigues Frade, 32 anos, é graduado em Direito e em Relações Internacionais. Ele começou a carreira pública em 2006, no Ministério do Planejamento. Atualmente, é superintendente-geral interino do Cade.

João Paulo Resende, 35 anos, é formado em Adminis-

tração Pública e doutorando em Administração pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Também veio do Ministério do Planejamento e é professor.

Já Paulo Burnier da Silveira, 33 anos, é formado em Direito e doutor pela Universidade de Paris. Exerceu advocacia no Brasil e na França e atuou como assessor internacional do Cade. É professor do Departamento de Direito da Universidade de Brasília (UnB).

Alexandre Cordeiro Macedo, 38 anos, é formado em Economia e em Direito e mestre em Direito Constitucional. Atuou no Superior Tribunal de Justiça (STJ) e na Controladoria Geral da União (CGU).

Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt, 44 anos, é doutora em economia pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Foi economista do Itaú e já atuou na Secretaria de Acompanhamento Econômico (Seae), na Embratel e no Instituto Brasileiro de Economia (Ibre). Seu nome foi aprovado por 48 votos a dois. /Agência Senado